



Reivindicações 2025

1. Destramamento da carreira;
2. Aumento do número de vagas para a PV;
3. Publicação dos editais das promoções verticais de 2025 e normalização das publicações das progressões e promoções horizontais (publicação referente à carreira de 2023, 2024 e 2025);
4. Revogação da Resolução PGJ 43/2012 – 2ª pós-graduação;
5. Serviços eleitorais remunerados - Medidas de compensação pelo trabalho eleitoral, seja por pecúnia ou outra forma de compensação;
6. Negociação das perdas inflacionárias de 2014 a 2017;
7. Aprovação da Data-Base 2024 e envio do PL Data-Base 2025 referente ao índice inflacionário IPCA 2025;
8. Regulamentação de prevenção e combate ao assédio moral;
9. Atualização continuada de demonstrativos e cronograma de pagamentos dos retroativos (PVs, progressões e promoções horizontais, auxílios...);
10. Emenda Constitucional nº 111/2022 – aproveitamento dos ADE's de outros órgãos e pagamento dos retroativos – Ação Judicial?
11. Jornada de trabalho de 6 horas, sem redução de salários;
12. Implementação de um programa institucional de Imunização pelo MPMG nos mesmos termos adotados pelo TJMG;
13. Indenização de férias-prêmio de forma continuada todos os anos, uma vez por semestre – junho e dezembro (redação complementada em destaque pela servidora Ana Carolina)
14. Tratamento isonômico para fins de licença luto entre membros e servidores;
15. Abono aniversário para servidores, nos mesmos termos do TJMG;



16. Pressionar mais pelo destravamento da pauta da ALMG (Reginaldo Aguiar)
17. Verificar perante a PGJ alguma regulamentação específica de vantagens em pecúnia ou de dias de compensação a servidores que exerçam atividades administrativas de despesas miúdas, fiscalização de contratos, de veículos, gestão de cartão de correio, dentre outras, em comarcas ou unidades ministeriais cujas sedes não possuem um servidor específico que exerçam funções de administrador. (Vitor Lenoir)
18. Para que não haja vedação de que os analistas que anteriormente foram oficiais, usem os certificados obtidos durante o período no cargo anterior, como forma de valorização dos servidores que permanecem na instituição. (Hebia Machado)
19. Indenização dos plantões nos moldes do que hoje é aplicado aos membros;
20. Criação de política institucional para tratamento da saúde mental dos servidores, seja por travamento na carreira ou questões de assédio moral. (Karla Colmanetti)
21. Requerimento à Procuradoria, solicitando que o setor de Psicologia da instituição elabore um programa de atendimento aos servidores que estão travados na carreira. É uma forma de dar visibilidade ao problema e identificar possíveis sinais de adoecimento, p não dizer coisa pior. Acredito que vai ajudar na nossa luta. (Bruno Roberto)
22. Jornada reduzida em razão de deficiência sua ou de dependentes, que sejam, ao menos, colocados em trabalho híbrido ou remoto. (Cristina Silva)
23. Plantão de final de ano, em Belo Horizonte, ser feito pelos servidores contratados, e não pelos servidores de carreira. (Vanileia Brito)
24. Possibilidade de dividir as férias regulamentares em três vezes. Assim como no TJ e TRT – (Vanessa Costa Alcantra)